

⇒ PROJETOS DE LEI APRESENTADOS NESTA SEMANA:

Saúde

Foco: orientação para primeiros socorros em hospitais e maternidades

Projeto de Lei nº 1083/2018, de autoria do vereador Dr. Gilberto, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do hospitais e maternidades públicas e privadas prestarem orientações para primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho, asfixia e prevenção de morte súbita de recém-nascidos e dá outras providencias. Apresentado em 11/12/2018 e distribuído às Comissões de: → Justiça e Redação → Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público → Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social → dos Direitos da Criança e do Adolescente

Síntese:

Obriga que os hospitais e maternidade instruem os familiares responsáveis do recém-nascido em como praticar os primeiros socorros.

Educação:

Foco: monitoramento do IMC dos alunos das redes públicas e privadas

Projeto de Lei nº 1124/2018, de autoria do vereador Junior da Lucinha, que “Obriga escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e privada a monitorarem o Índice de Massa Corporal - IMC dos seus alunos e dá outras providências”. Apresentado em 31/12/2018 e distribuído às Comissões de: → Justiça e Redação → Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público → Educação → Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social → Direitos da Criança e do Adolescente.

Síntese:

As instituições de ensino fundamental e médio das redes pública e privada ficam obrigadas a monitorar o Índice de Massa Corporal - IMC de seus alunos.

O monitoramento será feito através de pesagem e medição de altura dos alunos a cada seis meses.

Os alunos que estiverem com índice abaixo de 20Kg/m² ou acima de 30Kg/m², faixa considerada normal pela Organização Mundial de Saúde, devem ter, obrigatoriamente, suas condições físicas informadas, formalmente, aos seus responsáveis legais.

Indústria da Transformação/ Incentivo Fiscal

Foco: Indústria sustentável

Projeto de Lei nº 1112/2018, de autoria do vereador Thiago K. Ribeiro, que “Cria o Programa de Apoio a Indústria Sustentável da cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências”. Apresentado em 28/12/2018 e distribuído às Comissões de: → Justiça e Redação → de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público → Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura → de Meio Ambiente → de Assuntos Urbanos → e de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira.

Síntese:

O programa tem como objetivo incentivar as atividades industriais, cooperativas de catadores e entidades dedicadas à reutilização, transformação, tratamento e à reciclagem de materiais recicláveis, mediante a concessão de incentivos fiscais.

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Assuntos Econômicos:

APROVADO na Comissão de Justiça e Redação o parecer do relator, vereador Thiago K. Ribeiro, a emenda nº 1 ao **Projeto de Lei 91/2013**, de autoria do vereador Cesar Maia, que “Trata da aplicação dos royalties e das participações especiais advindos da exploração de petróleo no saneamento das comunidades de baixa renda”, **pela constitucionalidade da emenda.**

Segurança Pública:

APROVADO na Comissão de Justiça e Redação o parecer do relator, vereador Thiago K. Ribeiro, ao **Projeto de Lei nº 661/2017**, de autoria dos vereadores Felipe Michel e Marcelo Arar, que “Cria o programa Rio mais seguro e dá outras providências”, **pela constitucionalidade com emenda.**

Indústria da Construção Civil:

APROVADO o parecer conjunto das Comissões de: Justiça e Redação; Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público; e de Obras Públicas e Infraestrutura o parecer do relator, vereador Thiago K. Ribeiro, ao **Projeto de Lei n 1064/2018**, de autoria do vereador Junior da Lucinha, que “Proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam”, **pela constitucionalidade e no mérito favorável.**

APROVADO na Comissão de Obras Públicas e Infraestrutura o parecer favorável do relator, vereador Eliseu Kessler, ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2017, de autoria do vereador Fernando William, que “Estabelece adoção de práticas de construção sustentáveis nas novas edificações públicas”.

Indústria Farmacêutica:

APROVADO na Comissão de Justiça e Redação o parecer do relator, vereador Thiago K. Ribeiro, ao Projeto de Lei nº 519/2017, de autoria da vereadora Veronica Costa, que “Institui o banco de medicamentos do município do Rio de Janeiro e dá outras providências”, pela constitucionalidade com emenda.

Interesse Geral/ Público-Privado

APROVADO na Comissão de Obras Públicas e Infraestrutura o parecer favorável do relator, vereador Eliseu Kessler, ao Projeto de Lei nº 909/2018, de autoria vereador Marcelo Arar, que “Institui o Programa Rio Boa-Praça”.

Requerimento:

DEFERIDO o Requerimento do vereador Alexandre Isquierdo, autor do Projeto de Lei nº 1229/2015, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hipermercados, supermercados, farmácias e demais estabelecimentos comerciais de higienizar os carrinhos, cestas e utensílios disponibilizados aos clientes, e dá outras providências”, a inclusão na pauta da ordem do dia semanal.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária
Dia: 13/12/2018

1ª DISCUSSÃO:

ADIADA a votação do Projeto de Lei nº 465/2017, de autoria dos Vereadores Professor Adalmir e Luciana Novaes, que “Dispõe sobre a instalação de sistema de emergência em banheiros públicos e de uso coletivo para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no âmbito do Município do Rio de Janeiro”.

Sessão Plenária
Dia: 14/12/2018

1ª DISCUSSÃO:

APRECIADO o Projeto de Lei Complementar nº 30/2017, de autoria do vereador Renato Cinco, que “Regulamenta o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social para a cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências”, na ocasião as Comissões Técnicas¹ proferiram pareceres favorável ao PL. Adiada a votação por falta de quórum.

ADIADA a votação do Projeto de Lei nº 1831/2008, de autoria da vereadora Leila do Flamengo, que “Preserva o uso de cinema do espaço utilizado pelo Cine Paissandu”, por falta de quórum.

Sessão Plenária
Dia: 19/12/2018

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO, com emendas, o Projeto de Lei Complementar nº 43/2047, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Código de Obras e Edificações Simplificado do município do Rio de Janeiro - COES”. O texto aprovado foi encaminhado ao Prefeito para manifestação.

Link para acessar o texto encaminhado ao Prefeito.

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/1b78e02a1cf9851f8325837000614ac6?OpenDocument>

1ª DISCUSSÃO:

ADIADA a votação do Projeto de Lei nº 1058/2018, de autoria do Poder Executivo, que “Institui remissão e anistia de créditos tributários relativos aos serviços de registros públicos, cartorários e notariais, de que trata o subitem 21.01 do art. 8º da lei nº 691, de 24 de dezembro de 1984.”, por duas sessões a pedido do vereador Fernando William.

APROVADO o Projeto de Lei nº 604/2005, de autoria do vereador Dr. Jairinho, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo fiscal para financiamento de projetos esportivos e dá outras providências”. O PL retornou à pauta da ordem do dia em 2ª discussão, saiu de pauta em virtude da apresentação do substitutivo nº 1, de autoria de vários vereadores. O substitutivo não será analisado pelas Comissões Técnicas, por que a maioria dos autores compor as Comissões.

⇒ SINOPSE DIÁRIO OFICIAL - PARTE I:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

¹ Comissões Técnicas: Justiça e Redação; Administração; Assuntos Urbanos; Higiene; Direitos Humanos; Obras Públicas; Meio Ambiente; Defesa Civil; Tecnologia; Pessoa com Deficiência; Idoso; Transportes; Trabalho; Esportes e Lazer; Educação; Cultura; Defesa da Mulher; Abastecimento; e de Orçamento.

AGORA É LEI:

LEI Nº 6.438 DE 04/01/2018

Oriunda do PL 737-A/2018

Autor: Poder Executivo

Altera a redação dos arts. 13 e 20 e acrescenta um art. 13-a na lei nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012, e dá outras providências. (Fundo Especial da Dívida Ativa - FDIV).

LEI COMPLEMENTAR Nº 197 DE 27/12/2018

Oriunda do PLC 45-A/2017

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre o Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária do município do Rio de Janeiro e acrescenta dispositivos ao Título V do Livro primeiro da Lei nº 691, de 24 de dezembro de 1984 – Código Tributário Municipal.

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiana Abranches. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.